



A INCLUSÃO E O ENVOLVIMENTO DA ESCOLA

Amanda Soares de Sousa¹ (UEG)
Carla Salomé M. de Souza² (PPG-IELT/UEG)

GT 06 – DIVERSIDADE, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL.

RESUMO

O presente artigo é resultado de estudos iniciais para elaboração do Trabalho de Curso (TC) de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Inhumas. Tem como objetivo abordar a respeito da inclusão de crianças com deficiências na escola de ensino regular sob a problemática: como tem sido o envolvimento da escola, mediante os princípios da inclusão? Inicialmente destacaremos a trajetória dos indivíduos com deficiências ao longo dos anos, englobando desde a exclusão, perpassando pela segregação, integração até a inclusão, foco da atualidade. Posteriormente, visto que todos os seres humanos são sujeitos de direitos, ressaltaremos sobre os aspectos legais e normativos, uma vez que, servem como respaldo para tais indivíduos evidenciando um avanço perante a sociedade. Além disso, contextualizaremos sobre a escola como espaço inclusivo para crianças com deficiências, um ambiente socializador, de aprendizagem para todos. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico em Mantoan (2015), Barbosa (2010), Silva (2009), Reis (2006), Marchesi (2004), entre outros. Desse modo, destaca-se que a inclusão é vista como um modelo de ensino voltado para todos os indivíduos independente de suas particularidades e o ambiente educacional diante deste aspecto exerce um papel de suma importância, uma vez que, este amplo espaço e todos os sujeitos envolvidos devem interferir de forma positiva com práticas pedagógicas eficazes a qual auxilie na construção da aprendizagem de todos os educandos e atenda as diferenças tendo um olhar sensível para todos, bem como uma reflexão acerca das práticas pedagógicas para que de fato a escola se constitua como um espaço inclusivo.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Inclusiva. Escola. Práticas Pedagógicas.

¹ Graduanda no 4º ano do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) Câmpus Inhumas, e-mail: amandasoressousa.123@gmail.com;

² Mestranda pelo programa de Pós-graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás (PPG-IELT/UEG), especialista em Docência Universitária pela FAGO/GO (2005), especialista em Educação para a Diversidade e Cidadania pela Faculdade de Direito, PDH da UFG/GO (2012) e especialista em LIBRAS pela Faculdade Delta (2013). Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas, e-mail: c.salome@hotmail.com;



INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute a respeito da temática: A inclusão e o envolvimento da escola, do ponto de vista teórico, considerando que a escola é um ambiente para todos. Trata-se do resultado de estudos iniciais para elaboração do Trabalho de Curso (TC) do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Inhumas a qual apoiamos na realização de uma pesquisa bibliográfica, considerando a seguinte problemática: como tem sido o envolvimento da escola, mediante os princípios da inclusão?

Nesse sentido, tem como finalidade contextualizar primeiramente sobre o percurso a qual as pessoas com deficiências passaram ao longo dos anos, englobando desde a exclusão, posteriormente a segregação, integração até a inclusão. Desta forma, tendo em vista que todos os indivíduos são sujeitos de direitos, destacaremos sobre os aspectos legais e normativos, uma vez que, servem como respaldo para tais indivíduos evidenciando assim, um avanço perante a sociedade. Além disso, abordaremos sobre a escola como espaço inclusivo para as crianças com deficiências, sendo um ambiente que permite a socialização e a aprendizagem para todos.

Para discutir esse assunto, partimos do estudo de alguns autores que tratam deste tema, como: Mantoan (2006), Mantoan (2015), Barbosa (2010), Silva (2009), Reis (2006), Marchesi (2004) entre outros. Esses autores apoiaram-nos nas discussões e fundamentações sobre as pessoas com deficiências e o papel da escola e do professor frente a tais indivíduos, tendo em vista o espaço escolar e as ações dos profissionais envolvidos com medidas inclusivas, sem discriminação ou exclusão, pois todos têm o direito à educação, independente de suas particularidades.

1. DA EXCLUSÃO A INCLUSÃO

No decorrer da História, é importante observar a luta pelos direitos em relação à educação das pessoas com deficiências. Segundo Sasaki, no âmbito social a pessoa com limitações foi vista como incapaz durante muito tempo sem possibilidade de frequentar uma sala de aula. O autor destaca que, a deficiência passou por quatro fases no processo histórico:



“a da exclusão, da segregação, da integração e por última inclusão” (SASSAKI, 1997, p. 60).

A perspectiva da inclusão nem sempre foi vivenciada por pessoas com deficiências conforme é abordada nos dias atuais. Tempos atrás, essas pessoas atravessaram outros contextos, a qual obtiveram um “passado e um presente de resistências, derrotas e lutas silenciosas” (NASCIMENTO, 2009, p.5 *apud* BARBOSA p.19) que marcaram a trajetória social. Desse modo,

“não é a deficiência em si o problema, mas as interpretações sociais sobre ela e a condição de isolamento a que historicamente esses sujeitos foram submetidos.” (OLIVEIRA; VALENTIM; SILVA, 2013, p. 25).

Primeiramente Barbosa (2010) faz um retrocesso e enfatiza que antes da era cristã pessoas com deficiências não tinham direito à vida a qual eram vistas com falta de compreensão e na maioria das vezes exterminadas. Em Roma as famílias tinham a autoridade para eliminá-los, abandona-los em rios ou ambientes sagrados e quando não eram mortos eram submetidos a se tornarem distração ou pedintes. Neste sentido, este período ficou conhecido como exclusão, devido às pessoas deficientes serem totalmente excluídas da sociedade e do meio educacional. Conforme destaca Silva e Reis

Iniciamos com a fase da exclusão nas sociedades primitivas, em que a divisão e a permanência no grupo era garantida pelo aspecto da estrutura física, da perfeição e da boa forma. Nessa época, a prática do extermínio dos chamados “descapacitados” era comum, pois eram considerados pecadores e inúteis ao modelo de sociedade.[...] literalmente excluídos do convívio social, serem internados em asilos e manicômios, ignorados pelo Estado e pela sociedade como um todo, e até mesmo eliminadas[...]

O segundo momento conhecido como Segregação ocorreu desde a Idade Média até o século XVII a qual as pessoas com deficiências eram consideradas como um castigo de Deus, como endemoniadas, loucas e doentes (BARBOSA, 2010, p.21). No entanto, ao contrário do que acontecia na antiguidade em que estas eram eliminadas, era entendido pela sociedade deste período que, como em todas as pessoas existia uma alma, deveria, portanto, acolhê-las para cuidar em asilos e entidades religiosas. Mas, “como forma de atrair a caridade, compravam-se nos asilos, crianças deficientes de tenra idade, que eram barbaramente mutiladas e abandonadas à sua sorte quando, com o avançar da idade, deixavam de ter utilidade” (SILVA, 2009), com exceção as que possuíam deficiência mental a qual, não eram



sequer considerados como seres humanos. Desse modo, “a segregação, de inspiração e autoria cristã, se deu pela caridade e castigo. A coexistência destes dois princípios na relação com o diferente constitui-se num dilema.” (BARBOSA, 2010, p. 21). Desse modo, Silva e Reis apontam que

Com a Segregação, pessoas com necessidades especiais deixaram de ser sacrificadas e atendimento destinado a elas era feito em instituições especializadas, asilos e convênios, como as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). O objetivo principal deste atendimento era assistencialista e não educacional, uma vez que acreditava-se que pessoas com deficiência não conseguiam e não tinham capacidade para avançar no processo educacional. (2016, p. 620)

Partindo deste pressuposto, é importante destacar que em meados do século XIX e da primeira metade do século XX, “os deficientes foram, assim, inseridos em instituições de cariz marcadamente assistencialista” (SILVA, 2009). Estes eram ainda, tidos sem direito a educação por serem considerados incapazes de conviver em um ambiente socializador sendo, portanto, uma ameaça aos considerados “normais”, surgindo esta preocupação somente mais tarde, conforme enfatiza Silva (2009),

A institucionalização teve, pois, numa fase inicial, um carácter assistencial. A preocupação com a educação surgiu mais tarde, pela mão de reformadores sociais, de clérigos e de médicos, com a contribuição de associações profissionais então constituídas e com o desenvolvimento científico e técnico que se foi verificando, de que os testes psicométricos de Binet e Simon, cuja escala métrica da inteligência permitia avaliar os alunos que iam para escolas especiais [...]. (SILVA, 2009, p. 2)

Sendo assim, neste período, surge um olhar para a educação destinada a pessoas com deficiência, devido às mudanças sociais, de modo que há o segregamento pela integração, a fim de possibilitar a adaptação de indivíduos com deficiências na sociedade estabelecida. Desta forma, Silva (2009) enfatiza que

Na década de quarenta do século XX assistiu-se, ainda, à construção de centros para pessoas com deficiências, mas a partir dos anos sessenta do mesmo século, os pressupostos teóricos e as práticas de institucionalização começaram a ser questionados. As transformações sociais do pós-guerra, a Declaração dos Direitos da Criança e dos Direitos do Homem, as Associações de Pais então criadas e a mudança de filosofia relativamente à educação especial, que estiveram na origem da fase da integração, contribuíram para perspectivar a diferença com outro “olhar”. (SILVA,



2009, p. 3).

Partindo deste pressuposto, de acordo com Mantoan (2015) os movimentos em relação à integração de crianças com deficiências surgiram nos países nórdicos em 1969, uma vez que, questionaram a respeito das práticas segregacionistas no âmbito social e escolar. Desse modo, a ideia central é o princípio da normalização³. Tratando-se da integração escolar, a autora enfatiza que por meio disto, a criança tem acesso às escolas com diversas possibilidades no campo educacional, envolvendo a inserção nas salas de aula do ensino regular e nas escolas especiais. Desta forma,

O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar – da classe regular ao ensino especial – em todos os tipos de atendimento escolar especiais: classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados. (MANTOAN, 2015, p. 27)

A par disto, a integração tem como objetivo a inserção do aluno, a qual a escola não tem a preocupação voltada para a individualidade do mesmo, por meio de programas individualizados, currículos adaptados, e outras formas para auxiliá-los perante as dificuldades de aprendizagem. Desse modo, a escola não muda como um todo, sendo preciso que os alunos se adaptem com as demandas e exigências do ambiente escolar.

Somente a partir da década de 1980 que se iniciou a chamada inclusão, a adaptação do sistema e da sociedade às necessidades dos alunos (REIS, 2006, p.40-41). A inclusão ao contrario, “prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática” (MANTOAN, 2015) trazendo consigo um olhar inovador para o campo educacional conduzindo a novos saberes e práticas. Surge como uma forma de exigir mudanças no paradigma educacional, tendo como objetivo não excluir nenhum indivíduo, mas sim, incluí-los de forma integral, envolvendo todos indistintamente, sem discriminação ou preconceitos, visando ainda, métodos diversificados para o ensino. Sendo assim, “o aluno da escola inclusiva é outro

³ Segundo Silva (2009) O conceito de normalização na família, na educação, na formação profissional, no trabalho e na segurança social, refere-se, em reconhecer às pessoas com deficiência os mesmos direitos dos outros cidadãos, em aceitá-los conforme a sua particularidade própria, proporcionando-lhes serviços da comunidade que contribuíssem para desenvolver as suas possibilidades, de modo a que os seus comportamentos se aproximassem dos modelos considerados “normais”.



sujeito, que não tem uma identidade determinada por modelos ideais, permanentes, essenciais.” (MANTOAN, 2015, p. 35).

A par disto, Reis (2006, p.41) enfatiza que,

A **inclusão** propõe um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência e com ou sem tipos de condição atípica. É a valorização do ser humano e aceitação das diferenças individuais como um atributo e não como um obstáculo e todas as pessoas devem ser incluídas, sem exceção, para que possam desenvolver-se e exercer plenamente sua cidadania (*grifo da autora*).

A inclusão, portanto considera os indivíduos como parte integrante da sociedade, a qual visa os que têm algum tipo de deficiências como um ser que possuem suas limitações e potencialidades assim como os demais sujeitos, sendo pessoas que devem exercer uma vida com direito a educação, saúde, lazer, quebrando as barreiras impostas no meio social.

2. A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS

A escola atualmente é vista como um espaço de todos e para todos. Desse modo, as escolas na perspectiva inclusiva devem atender as diferenças, visto que, “a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.” (MANTOAN, 2006, p. 23) onde não tem uma identidade fixada em modelos ideais, pois “o direito a diferença nas escolas, desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, bem como suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença” (MANTOAN, 2006, p. 24).

Para tanto, existem diversos aspectos legais e normativos das quais se tornam possível respaldar e garantir os seus direitos perante a sociedade. O maior movimento mundial pela educação inclusiva, que reuniu educadores de vários países foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990 a qual teve como objetivo a educação básica para todos, visando promover compromissos mundiais para garantir a todos os indivíduos os conhecimentos básicos necessários para um meio social mais justo. Este documento é composto por dez artigos a qual consideram que as pessoas com deficiências são vistas tanto



como cidadãos “comuns” quanto como “peculiares”. De acordo com a Declaração, cada pessoa, seja ela criança, jovem ou adulto deve aproveitar as oportunidades básicas educativas e ter acesso educacional, independente das condições de idade, gênero, situação social, crença ou religião.

Outro documento que se deve enfatizar é a Declaração de Salamanca (1994) a qual foi elaborada em decorrência da conferência mundial sobre necessidades educacionais especiais: Acesso e Qualidade, promovida pelo governo da Espanha e pela Unesco em junho de 1994, com a participação de 92 governos evidenciando a dimensão no processo de elaboração deste documento que tem como foco principal a Educação Especial em todos os países. O documento constitui cinco princípios, que direcionam as políticas públicas para a garantia do acesso e permanência de alunos com necessidades especiais na escola. Este expressa como princípios norteadores o reconhecimento das diferenças, o atendimento as necessidades de cada um, a promoção da aprendizagem, o reconhecimento da importância de “escola para todos” e a formação de professores.

Cabe salientar que a Lei Brasileira de Inclusão – 13.146/julho de 2015, por sua vez, indica um grande avanço na inclusão de indivíduos com deficiência na sociedade a qual o documento institui punições para atitudes discriminatórias, promovendo igualdades de oportunidades e determinando ainda mudanças em diversas áreas, especialmente, para a educação, em que conforme destaca o Capítulo IV art. 27 estes devem estar assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, sendo que torna-se dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, aprimoramento dos sistemas educacionais e oferecendo medidas que favoreçam a aprendizagem destas pessoas.

A par disto, Mantoan (2006) salienta que tanto nas redes de ensino público como na particular, ambas que resolveram promover medidas inclusivas de organização escolar, ocorrem mudanças de acordo com três ângulos, sendo estas,

[...] os desafios provocados por essa inovação; o das ações no sentido de efetivá-las nas turmas escolares, incluindo o trabalho de formação de professores; e, finalmente, o das perspectivas que se abrem a educação escolar, a partir da implementação de projetos inclusivos. (MANTOAN,



2006, p. 40)

Desta forma, para que ocorra a educação inclusiva, Marchesi (2004, p.44) destaca que os principais fatores para promovê-la correspondem à transformação do currículo, o desenvolvimento profissional dos professores, uma liderança efetiva, a modificação da cultura e da organização da escola e o compromisso com a mudança. É preciso alterar estas estruturas para que de fato promova uma educação que inclua. Sendo assim, o desenvolvimento profissional dos professores é de suma importância para constituir as práticas de inclusão, dado que “o modo mais seguro de melhorar as atitudes e as expectativas dos professores é desenvolver seu conhecimento da diversidade dos alunos e suas habilidades para ensiná-los”. (MARCHESI, 2004, p. 44).

Sob esta ótica, Mantoan (2015) afirma que é preciso estar atento sobre como os professores aprendem ao aperfeiçoarem os seus conhecimentos pedagógicos, bem como ao modo como reagem frente à educação inclusiva, uma vez que, cabe ao professor buscar uma formação contínua, adquirindo mais conhecimentos para que possa interferir de forma positiva na construção da aprendizagem de todos os educandos. Desse modo,

Formar o professor na perspectiva inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. (MANTOAN, 2015, p. 81)

É importante destacar que as crianças que possui deficiências tem o direito de ser atendidos por professores com especialização adequada nas escolas, uma vez que, se “não dispuser de profissionais devidamente orientados, não pode justificar com esse fato o não atendimento da criança, pois ainda assim é obrigado a atender esses alunos, devendo providenciar pessoal para esse fim.” (BRASIL, 2004, p. 23)

Freitas e Sobral (2010) enfatizam que tendo em vista a promoção do desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, no contexto escolar, é possível encontrar parcerias entre profissionais de diversas áreas, atuando em conjunto com o professor para que tenha eficaz mediação em prol do desenvolvimento. Assim, o AEE nas escolas torna-se fundamental, uma vez que, é vista como um meio que pode auxiliar no desenvolvimento das habilidades daqueles que possuem alguma deficiência e/ou dificuldades na aprendizagem, dado que, “o ponto de partida para a prática do AEE é a ideia de que todos podem aprender”



(CARVALHO, 1999, p. 52). Sendo assim, Santos (2010, p.19) afirma que os professores comuns e os da Educação Especial precisam estar envolvidos para que consiga alcançar os objetivos com as crianças, de modo a compartilhar um trabalho disciplinar e colaborativo.

Existem diversos desafios às quais são enfrentados na escola. A par disto, Marchesi (2004, p. 44) ressalta que há presente nas instituições de ensino algumas condições que influenciam o trabalho do professor, como

[...] sua retribuição econômica, suas condições de trabalho, sua valorização social e suas expectativas profissionais são, ao lado da formação permanente, fatores que facilitam ou dificultam sua motivação e sua dedicação. (MARCHESI, 20, p. 44)

Desse modo, no tocante a escola deve-se haver um compromisso com a mudança, no sentido de orientar-se para sua transformação. Marchesi (2004) ressalta que as escolas atuam de formas diversas, algumas são mais tradicionais, existem as mais flexíveis e cooperativas, e outras que não promove nenhum projeto específico e nenhuma coerência interna. Por este motivo, “só a partir das condições reais de cada escola, é possível melhorar a organização interna e contribuir para criar uma cultura mais favorável à mudança educacional” (MARCHESI, 2004, p. 45) e assim promover de fato a escola como um espaço inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória das pessoas com deficiências aconteceram por meio de diversas lutas. Diante disso, é importante destacar que mudanças nítidas envolveram este caminho para que atualmente existam diversas leis e documentos que respaldam e ofereçam benefícios e direitos que devem ser utilizados, pois estes são indivíduos que devem ser respeitados como qualquer outro ser humano.

Partindo deste pressuposto, salienta-se que a Escola é um caminho para que haja transformação, visto que, este ambiente promove uma série de fatores que tem como finalidade a formação social tendo em vista o seu processo de ensino-aprendizagem e pode interferir de forma positiva neste contexto. Desse modo, a realidade atual revela que existem sim, diversos desafios, mas estes não devem ser comparados como uma barreira para que não exista um trabalho voltado para as pessoas com deficiências, bem como a todos os indivíduos,



de modo seja promovido a socialização, o desenvolvimento e a aprendizagem dos sujeitos.

Portanto, é preciso acreditar que exista meio para proporcionar de fato uma educação de qualidade, tornando necessário ainda o envolvimento de todo meio social para que as escolas se tornem um ambiente educacional plenamente inclusivo, a qual tenha a valorização das diferenças e um compromisso com todos, tendo a capacidade de criar, inovar, romper velhos paradigmas que ainda existem na educação, e evidenciar novos olhares para a melhoria da qualidade da educação, sendo esta direcionada para todos independentes de suas particularidades.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Flávio Alves. **Da Segregação ao protagonismo. In: Atendimento Educacional Especializado – AEE: perspectivas para a educação inclusiva em Goiás.** Caderno 1/ Secretaria da Educação/ Coordenação de Ensino Especial, 2010.

BRASIL. **O Acesso de Alunos com Deficiência as Escolas e Classes Comuns da Rede Regular.** 2ª ed. Ver. E atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

CARVALHO, Erenice Natália S. de. **Adaptações Curriculares: Uma Necessidade. In: Salto para o futuro: Educação especial: tendências atuais.** Secretaria de Educação a Distancia. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

FREITAS, Carla Conti de Freitas; SOBRAL, Osvaldo José. **Aprendizagem e desenvolvimento: Diferentes olhares sobre o Atendimento Educacional Especializado. In: Atendimento Educacional –AEE Perspectivas para a Educação Inclusiva em Goiás.** Caderno 1. Secretaria da Educação/ Coordenação de Ensino Especial, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – O que é? Por que? Como fazer? .** São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por que? Como fazer? .** 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MARCHESI, Álvaro. **A prática das escolas inclusivas. In: Desenvolvimento psicológico e educação.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; SILVA, Luis Henrique. **Avaliação pedagógica : foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva.** São Paulo : Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária, 2013.

PORTAL DO MEC. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Disponível em:



<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 25/04/2018 às 17h10 min.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25/04/2018 às 15h03 min.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação Inclusiva: limites e perspectivas.** Goiânia: Deescubra, 2006.

SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. **O Projeto Político Pedagógico, autonomia e Gestão Democrática. In: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva.** Brasília: Ministerio da Educação, Secretaria de Educação Especial [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Byanca Teles e REIS, Marlene Barbosa de Freitas. A inclusão na rede regular de ensino fundamental: um olhar para o atendimento educacional especializado. In: **Semana de Integração de Pedagogia e Letras. 2016, Inhumas. Anais da V Semana de Integração: Pedagogia e Letras – Interdisciplinaridade na educação: redimensionando práticas pedagógicas.** 2016. p. 618 – 624.

SILVA, Maria Odete Emygdio da; **Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas.** Rev. Lusófona de Educação, n.13. Lisboa, 2009.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Tailândia, 1990.